

2 — A designada detém o perfil pretendido para prosseguir as atribuições do Serviço, sendo dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular em anexo ao presente despacho;

3 — A presente designação produz efeitos a 1 de setembro de 2017.

18 de setembro de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.

Síntese Curricular

Carla Alexandra Carvalho Lopes Osório Nunes, nasceu a 30 de dezembro de 1969, em Lisboa. É licenciada em Direito, detém o Curso de Alta Direção em Administração Pública, parte curricular do curso de mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Políticas, e pós-graduação em Gestão Empresarial.

Em 2017 transitou para o Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P., onde exerceu funções de assessoria ao Gabinete de Apoio ao Conselho Diretivo.

Entre 2013 e 2017, foi designada no cargo de chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, tendo, nestas funções, integrado diversos grupos de trabalho, nomeadamente:

Nomeada representante oficial da ANPC para integrar o Grupo Interministerial do MAI, no âmbito da igualdade de género — III Plano Nacional para a Igualdade — Cidadania e Género;

Designada representante oficial da ANPC junto da Secretária-Geral do MAI do Programa/projeto — Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

Nomeada representante oficial da ANPC junto da Secretária-Geral do MAI do PAEIS/ Programa SIADE — Sistemas de Informação de Arquivo e Documentos Eletrónicos;

Nomeada representante oficial da ANPC junto da Secretária-Geral do MAI do Programa/projeto de Recomendações para a Gestão de Documentos de Arquivo Eletrónicos — MOREQ;

Nomeada para integrar o grupo de trabalho para avaliação do enquadramento do pessoal da Força Especial de Bombeiros e dos Comandos Distritais de Operações de Socorro (operadores de telecomunicações) no mapa de pessoal da ANPC;

Representante da ANPC no processo conciliatório, que correu na DGERT, para negociação de um acordo de empresa, a fim de regular as condições de trabalho da Força Especial de Bombeiros.

Em 2010 exerceu funções na Direção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, atual Autoridade Tributária, na Divisão de Contratação Pública, da Direção de Serviços Administrativos.

Entre 2007 e 2010, nomeada para exercer funções de assessoria à Presidência do Instituto dos Museus e da Conservação I. P.

Entre 2003 e 2006, nomeada técnica superior para a Delegação Distrital de Proteção Civil de Lisboa do extinto Serviço Nacional de Proteção Civil, tendo exercido funções na Sede, no Gabinete Jurídico e de Auditoria, do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil.

Em sede de formação complementar, detém o curso de Gestão Civil de Crises, do Instituto de Defesa Nacional, o Curso Geral de Segurança da Informação Classificada, do Gabinete Nacional de Segurança, o Curso de Legislação Aeronáutica e o Curso «Safety Management Systems», detém, igualmente, diversa formação em direito laboral, recursos humanos, recrutamento para a administração pública, estatuto disciplinar e direito administrativo.

Oradora no seminário dedicado às «Novas Reformas da Administração Pública», integrado no curso de mestrado em Museologia da Universidade de Évora.

Tem averbado 1 louvor.

310791017

Despacho (extrato) n.º 8573/2017

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da Direção de Serviços de Segurança Contra Incêndio em Edifícios, da Direção Nacional de Planeamento de Emergência (DNPE), da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 1.º e no artigo 2.º, ambos, da Portaria n.º 224-A/2014, de 4 de novembro, e nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e do artigo 27.º, ambos, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de substituição, o licenciado Pedro Miguel Castiço Barbosa, no cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Segurança Contra Incêndio em Edifícios, da DNPE/ANPC;

2 — O designado detém o perfil pretendido para prosseguir as atribuições do Serviço, sendo dotado da necessária competência e aptidão

para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular em anexo;

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2017.

18 de setembro de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.

Síntese Curricular

Nome: Pedro Miguel Castiço Barbosa

Data nascimento: 12 de maio de 1976

Formação Académica: Licenciatura em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Moderna de Lisboa Formação complementar:

Titular do grau de Especialista para elaboração de projetos e medidas de autoproteção de segurança contra incêndio em edifícios da 3.ª e 4.ª categoria de risco (Registo n.º 608 da Autoridade Nacional de Proteção Civil). Curso ministrado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

Curso de formação pedagógica de formadores;

Formação diversa em áreas como ArcGis, Autocad avançado, Auto Avaliação CAF, Gestão e Fiscalização de Obra.

Experiência profissional:

Quadro da Câmara Municipal de Lisboa desde 1997, tendo exercido funções no Departamento de Ambiente e Espaços Verdes até dezembro de 2006;

Entre janeiro de 2007 e maio de 2011, exerceu funções de técnico superior da Câmara Municipal de Lisboa na área de resposta a ocorrências no Departamento de Proteção Civil, Divisão de Planeamento e Operações;

Em maio de 2011 foi nomeado Chefe da Divisão de Operações do Departamento de Proteção Civil da Câmara Municipal de Lisboa, função exercida até 2015;

De 2015 até à presente data, exerce o cargo de Chefe de Divisão de Operações e Apoio às Populações do Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa;

Formador de matérias de segurança contra incêndios enquanto profissional liberal;

Membro efetivo da Ordem dos Arquitetos.

310791236

Despacho (extrato) n.º 8574/2017

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da Divisão de Comunicação e Sensibilização, prevista no artigo 17.º do Despacho n.º 14688/2014, de 25 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 4 de dezembro, republicado pelo Despacho n.º 1553/2015, de 13 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 13 de fevereiro, e nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e do artigo 27.º, ambos, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de substituição, o licenciado Jorge Humberto da Fonseca Freitas Dias, no cargo de Chefe da Divisão de Comunicação e Sensibilização, da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

2 — O designado detém o perfil pretendido para prosseguir as atribuições do Serviço, sendo dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular em anexo;

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2017.

18 de setembro de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.

Síntese Curricular

Nome: Jorge Humberto da Fonseca Freitas Dias.

Naturalidade: Lisboa.

Habilitações Académicas: Licenciatura em Geografia Principais cargos e funções:

É quadro superior da Administração Pública desde 1989;

Tem exercido funções na Autoridade Nacional de Proteção Civil como técnico superior, desde 2012 até ao presente;

Exerceu funções como dirigente: na Autoridade para as Condições do Trabalho, entre 2007 e 2012; no Instituto da Construção e do Imobiliário (ex-IMOPPI e atual IMPIC), entre 2000 e 2007; e no Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), entre 1997 e 1999.

Experiência profissional:

Assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas; Gestão de projetos digitais; Organização e supervisão de eventos (conferências de imprensa, feiras e seminários, roadshows); Organização e supervisão de ações e campanhas de informação pública; Realização de missões

externas no âmbito da segurança e defesa nacionais; Estudos e pareceres no âmbito da cooperação bilateral com países lusófonos; Gestão técnico-operacional de programas multilaterais de cooperação transfronteiriça e inter-regional no domínio da proteção civil e do socorro; Representação em reuniões internacionais sobre ajuda de emergência e auxílio humanitário; Trabalhos e pareceres no âmbito da transposição para o direito interno de instrumentos jurídicos europeus; Estudos e pareceres no âmbito do Plano Nacional de Emergência; Formador nas áreas da comunicação de risco e de crise e da organização, estrutura e funcionamento do sistema nacional de proteção civil.

Formação Profissional:

Gestão por Objetivos (INA); BSC — Balanced Scorecard Avançado (INA); Media Training (CENJOR); A Gestão de Conteúdos e Processos na Administração Pública (INA); Curso de Formação Pedagógica de Formadores (MTSS); Curso de Formação em Gestão Pública — FORGEP (INA); O Plano de Marketing (Global Estratégias); A Comunicação nos Serviços Públicos (NPF — Pesquisa e Formação); Protocolo, Organização de Eventos e Imagem Organizacional (IFE); Expressão Oral e Gestual em Formação e Comunicação (INA); A Estratégia de Comunicação na Empresa (CEGOC); Estruturas Organizacionais, Sistemas e Métodos (CEGOC); Relações Interpessoais (DGAP) Louvores atribuídos por desempenho profissional:

Do ex-Diretor-Geral do SIEDM, Tenente-General Vizela Cardoso;
Da ex-Administradora do IMOPPI, Dr.ª Regina Carvalho dos Santos.
310790848

Despacho (extrato) n.º 8575/2017

1 — Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e do n.º 6 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o Licenciado Rui Pedro Oliveira Machado cessa funções de Diretor de Serviços de Recursos Tecnológicos e Patrimoniais, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, em regime de substituição, para as quais foi designado pelo Despacho n.º 14859/2014, de 21 de novembro de 2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 9 de dezembro de 2014.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2017, data em que o Licenciado Rui Pedro Oliveira Machado iniciou funções de Diretor Nacional de Recursos de Proteção Civil, da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

18 de setembro de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.

310790061

JUSTIÇA

Direção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extrato) n.º 8576/2017

Para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho, de 11 de agosto de 2017, foi autorizado o gozo de licença sem remuneração, por um período de 10 anos, com efeitos a 18 de setembro de 2017, ao Técnico Superior do mapa de pessoal desta Direção-Geral, Mestre António José Nunes Clemente. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

15 de setembro de 2017. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Vi-deira*.

310785972

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Aviso (extrato) n.º 11470/2017

Nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 25.º da Portaria n.º 299/2016, de 29 de novembro, informam-se os candidatos ao procedimento concursal comum (Referência 117/GP/2017), para o preenchimento de 366 postos de trabalho de guarda principal, conforme Aviso n.º 2091/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40 de 24 de fevereiro de 2017,

que a lista dos candidatos que o júri decidiu excluir do procedimento concursal, se encontra disponível na página eletrónica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais em (www.dgsp.mj.pt — Recursos Humanos — Concursos e Procedimentos Concurrais) e em local visível e público nas instalações desta Direção-Geral, na travessa da Cruz do Toren n.º 1, em Lisboa.

19 de setembro de 2017. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.

310792402

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Aviso n.º 11471/2017

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 24.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, na redação atual, notificam-se todos os candidatos da homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para ocupação de 14 postos de trabalho na categoria de assistente, da carreira médica de medicina legal, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 5692/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 85, de 3 de maio:

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados

Ordenação	Candidato	Métodos de seleção		Avaliação final
		Discussão curricular	Avaliação curricular	
1.º	Gonçalo Nuno Coimbra Castanheira	4,77	12,85	17,62
2.º	Dina Filipa Ferreira de Almeida	4,23	11,55	15,78
3.º	Bárbara Catarina Antunes Santa Rosa	4,59	11,05	15,64
4.º	Clarice Capinam Mestre	4,50	10,10	14,60
5.º	João Bruno de Freitas Nóbrega	4,86	9,70	14,56
6.º	José Alberto Moura Fernandes	4,59	9,95	14,54
7.º	Nair Rosas Pinto	4,95	9,55	14,50
8.º	Rogério Luiz Eisele	4,05	10,35	14,40
9.º	Antía Simón Garcia	4,59	9,20	14,29
10.º	Cátia Patrícia Teixeira da Costa Viana	3,96	9,75	13,71
11.º	Paula Carina da Luz Oliveira	1,62	12,05	13,67
12.º	Ana Rita Lopes Pereira	2,34	11,30	13,64
13.º	Carlos Jorge Fernandes Silva	3,96	6,60	10,56
14.º	Vanessa Santos Rodrigues	3,78	6,75	10,53

A referida lista, homologada por deliberação do Conselho Diretivo do INMLCF, I. P. em sessão de 21 de julho de 2017, encontra-se afixada nas instalações das Delegações do Norte, Centro e Sul do INMLCF, I. P. e disponibilizada na página eletrónica do INMLCF, I. P.

De acordo com os termos previstos no n.º 3 do artigo 27.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso administrativo.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

19 de setembro de 2017. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Carlos Dias*.

310791058

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso (extrato) n.º 11472/2017

Nos termos do disposto na alínea *d*), do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessaram funções, no Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., as seguintes trabalhadoras integradas na carreira de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Nome	Data de cessação de funções	Motivo
Maria das Dores Ramos Silva	31.07.2017	Reforma por velhice — art.º 292.º, da LTFP aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.